

1ª Vara Cível da Comarca de Cruzeiro/SP

Edital de leilão judicial eletrônico a ser realizado na plataforma www.vivaleiloes.com.br

Processo nº 0005575-11.2020.8.26.0156

Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo

Réu: José Luiz da Cunha, RG 10.765.004, CPF 978.493.678-04

Base legal: arts. 886 a 903 do CPC; arts. 250 e ss. das NSCGJ do TJSP; Resolução 236/2016 do CNJ

Leiloeira oficial: Alethea Carvalho Lopes, JUCESP 899

Datas:

1º pregão: início em 03/08/2026 às 16h e encerramento em 06/08/2026 às 16h

2º pregão: início em 06/08/2026 às 16h e encerramento em 28/08/2026 às 16h

Bens leiloados (de acordo com auto de penhora e avaliação a fls. 85/87 dos autos, datado de 20/04/2022):

- 01 automóvel Marca: Fiat Uno Mille Fire, Placa: GPM8J95, ano/modelo: 2001/2002, RENAVAM: 00771277970. Avaliação: R\$ 10.000,00. Observação: conforme consulta ao site do Detran/SP efetuada em 10/06/2026, consta multa no valor de R\$ 555,84; consta bloqueio judicial – Renajud;

- 01 automóvel Marca: GM/S10 Deluxe 2.5 E, Placa: CIZ4655, ano/modelo: 1996/1997, RENAVAM: 00670583715. Avaliação: R\$ 30.000,00. Observação: conforme consulta ao site do Detran/SP efetuada em 10/06/2026, consta bloqueio judicial – Renajud;

- 01 automóvel Marca: Fiat/Premio CS 1.6, Placa: BUT3925, ano/modelo: 1990/1990, RENAVAM: 00435493485. Avaliação: R\$ 3.000,00. Observação: conforme consulta ao site do Detran/SP efetuada em 10/06/2026, consta bloqueio judicial – Renajud;

- 01 caminhão Marca: Ford/700, Placa: BWF2044, ano/modelo: 1977/1977, RENAVAM: 00311649548. Avaliação: R\$ 30.000,00. Observação: conforme consulta ao site do Detran/SP efetuada em 10/06/2026, consta bloqueio judicial – Renajud;

- 01 automóvel buggy Marca: VW/Toy, Placa: BUG4847, ano/modelo: 1973/1974, RENAVAL: 00359331777. Avaliação: R\$ 10.000,00. Depositário: o réu/executado José Luiz da Cunha. Observação: conforme consulta ao site do Detran/SP efetuada em 10/06/2026, consta bloqueio judicial – Renajud;

De acordo com certidão do oficial de justiça a fls. 87 dos autos:

“CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 156.2022/003345-0, dirigi-me ao endereço indicado no r. mandado, bem como aos endereços atuais de guarda dos veículos, quais sejam, Rua Manoel Machado, 584 - Centro - Lavrinhas/SP (atual endereço residencial do executado), Rua Prof. Pedro Nacevícius, 649 - Centro - Lavrinhas/SP (galpão industrial - atual endereço laboral do executado) e Estrada do Retiro dos Barbosas, s/n - Chácara do Zé Luiz - Retiro dos Barbosas - Zona Rural - Lavrinhas/SP (endereço rural do executado), e aí sendo, PROCEDI À PENHORA E AVALIAÇÃO DETERMINADAS, conforme AUTO DE PENHORA inserido/digitalizado nos Autos deste Processo. Importante informar que DEIXEI DE PROCEDER À PENHORA dos bens Reb/Boby Terra Nova WCG e Reb/Fantinato CU2, pois não os localizei; sendo informado pelo executado de que primeiro encontra-se guardado na cidade de Ubatuba no endereço Rua Santa Catarina, 158 – bairro Perequê-Açu; e o segundo não o possui há mais de 10(dez) anos, haja vista ter sido apreendido pela Polícia Rodoviária Estadual, desconhecendo seu atual paradeiro. Ato contínuo, INTIMEI o executado José Luiz da Cunha da penhora realizada e do prazo para, querendo, opor embargos.”

Atualização: os valores dos bens (abril/2022) serão atualizados nas datas dos pregões de acordo com o índice vigente da tabela prática do TJSP.

Entrega do(s) bem(ns) ao(s) arrematante(s): efetivação nos próprios autos do presente processo mediante expedição de ordem judicial de entrega, nos termos do artigo 901, parágrafo 1º, e do artigo 903, parágrafo 3º, todos do CPC.

Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação nos 03 primeiros dias da 1ª praça/pregão, seguir-se-á sem interrupção a 2ª praça/pregão, com encerramento na data e horário acima designado, quando será considerado vencedor o arrematante que maior lance oferecer diretamente no portal www.vivaleiloes.com.br e que tiver seu lance acolhido judicialmente, não sendo aceito lances inferiores a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação (atualizado pela tabela prática do TJSP), de acordo com o artigo 891, parágrafo único do CPC e com o artigo 262 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP.

Sobrevindo lance nos 03 minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 minutos, sucessivamente, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

Caso não haja lances para pagamento à vista, serão então admitidas propostas para arrematação parcelada mediante sinal à vista não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e o restante em até 30 (trinta) meses, com correção mensal por meio de indexador a ser indicado pelo interessado, garantida por hipoteca do próprio bem, propostas essas que serão apreciadas pelo MM. Juízo condutor do processo (art. 895 do CPC). A apresentação de proposta parcelada não suspende o leilão (art. 895, parágrafo 6º do CPC). A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, parágrafo 7º do CPC).

Comissão da leiloeira: 05% (cinco por cento) do valor da arrematação, não estando incluída no valor do lance, sendo certo que o pagamento desta comissão deverá ser efetuado diretamente à leiloeira e à vista no prazo de 24 horas, mediante depósito no Banco do Brasil, agência 2923-8, conta corrente 123.212-6, titular Alethea Carvalho Lopes, CPF 963.306.609-30 - PIX: chave/email: contato@vivaleiloes.com.br

O arrematante terá o prazo de 24 horas para efetuar o depósito judicial do lance, sob pena de sujeitar-se às sanções cabíveis.

Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, parágrafo 1º do CPC). Deverá também o credor pagar o valor da comissão da leiloeira, na forma já mencionada, que não será considerada como despesa processual - para fins de ressarcimento pelo executado.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus dos interessados verificarem suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Correrão por conta exclusiva do arrematante as despesas gerais relativas à desmontagem, transporte e transferência patrimonial do bem arrematado.

Nos termos do art. 908, § 1º do CPC c/c o art. 130, parágrafo único do Código Tributário, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

De acordo com a decisão a fls. 191/194 dos autos: “(...) o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. - [o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.]”.

De acordo com a tese jurídica firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema nº 1.134 (acórdão paradigma publicado no recurso especial nº 1914902-SP no rito de recursos especiais repetitivos – julgamento datado de 09/10/2024): “Diante do disposto no art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, é inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação.”

De acordo com o artigo 7º, parágrafo 3º da Resolução 236/2016 do CNJ: “Art. 7º Além da comissão sobre o valor de arrematação, a ser fixada pelo magistrado (art. 884, parágrafo único), no mínimo de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 24, parágrafo único, do Decreto 21.981/1932), a cargo do arrematante, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei. (...) § 3º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

Se o executado for revel e não tiver advogado(a) constituído(a), não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão (art. 889, parágrafo único do CPC).

O edital será publicado no website da Viva Leilões (www.vivaleiloes.com.br) nos termos do art. 887, § 2º do CPC.

Esclarecimentos: tel. 11-3957-7717 - e-mail: contato@vivaleiloes.com.br

Cruzeiro, 10 de junho de 2026.

Eu, _____, diretor(a), conferi e subscrevi.

Milton Gomes Baptista Ribeiro
Juiz de Direito